

## O eterno retorno da existência

Frederico P. Lemos\*

LIMA, Vladimir Moreira. *A partir de Guattari 1: uma política da existência*. Rio de Janeiro: Ponteio Edições, 2019, 406 p.

### I

Enfim, nasce um livro sobre Félix Guattari, com uma admirável exposição de fôlego em torno de seu pensamento político. E vem em boa hora. Não, certamente, por vivermos num momento particularmente aberto e receptivo ao pensamento de Guattari. Pelo contrário, o livro de Vladimir Moreira Lima vem em boa hora porque seu tema é atualmente urgente e sua interpretação do tema desenvolve conexões da maior importância para todo tipo de práxis preocupada em resistir às forças dominantes no presente, isto é, – para falar como Guattari – ao “rolo compressor” do regime capitalístico neoliberal, que tenta reduzir toda alteridade e singularidade à sua “graxa unidimensional” do valor que se autovaloriza. Diante das circunstâncias asfixiantes (políticas, afetivas, econômicas, ambientais, sanitárias...) em que nos encontramos, a busca por alianças teóricas e práticas que nos ajudem a forjar saídas se torna um imperativo vital. E é essa uma das propostas deste livro: nos convidar a “conspirar” com Félix Guattari (cf. pp.96-98), e a recriar, no presente, o legado de sua obra. Como disse Guattari sobre Foucault após sua morte, e que Vladimir recupera para aplicar ao próprio Guattari:

não é por uma prática exegética que se pode esperar manter vivo o pensamento de alguém importante que faleceu, mas somente por sua retomada e sua recolocada em ato, com os riscos e perigos daqueles que se expõem a isso, para reabrir seu questionamento, e para lhe trazer a carne de suas próprias incertezas (p.73).

Este livro, fruto da tese de doutorado de Vladimir Moreira Lima, apresenta o conjunto da obra de Guattari, desde a proposta de uma “análise institucional” até a “ecosofia”, como um incessante movimento de retomada criativa do problema da política. Como a política sofre diversas modulações e dobras ao longo dessa trajetória de Guattari? Os nomes, abundantes e variados, são conhecidos: esquizoanálise, revolução molecular,

---

\* Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFF (PFI/UFF). Bolsista FAPERJ. Professor substituto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da UFF. Contato: fredericop.lemos@gmail.com.

micropolítica, rizomática, ritornelo-análise etc. Mas o que está em jogo em meio a essa variação contínua das designações de Guattari para sua própria concepção teórica e prática da política? Certamente, não se trata aqui de reduzir esta multiplicidade de nomes a uma definição essencial da política segundo Guattari, uniforme e homogênea – não é essa a intenção deste livro. Seu interesse de pesquisa é na verdade apreender a política como *tema*, em sentido musical, e acompanhar as diversas *improvisações* deste tema na obra de Guattari, evidenciando como, a cada vez, as variações a que a política é lançada arrastam junto um certo tipo de exercício filosófico propriamente “existencial”. A tarefa deste livro é então a de “tentar conceber, quando a política se torna uma micropolítica, como a filosofia se torna uma política da existência” (p.125). Como diz Vladimir:

com a micropolítica, Guattari não tem a pretensão de dizer quais são os novos e verdadeiros objetos da política, ainda que fará nascer novos objetos e dimensões comumente vistas como não sendo da ordem da política. Sua aposta é considerar uma espécie de transversalidade à política cuja função principal é percorrer de outro modo objetos tradicionalmente tomados como políticos e pensar, sob outra via, objetos e dimensões que, de fato ou de direito, não são políticas. Para isso, a política deve pertencer a esta dimensão – que, como tentarei mostrar, é muito mais um movimento do que uma ou outra entidade ou objeto – existencial. (...) [A] política é o tema da existência no pensamento de Guattari, mas um tema que só pode emergir com suas improvisações éticas, esquizoanalíticas, pragmáticas, ecosóficas... (pp.59-69).

A hipótese de uma política da existência em Guattari implica imediatamente a compreensão do sentido de “existência” aqui e sua diferença com relação às chamadas filosofias da existência. Apoiado em *Les Philosophies de l'existence* (1959), de Jean Wahl, Vladimir indica que as diversas filosofias da existência do século XX podem ser agrupadas sob o seguinte procedimento comum: elas concebem a existência como voltada sempre para o ser, como uma espécie de passagem para o ser; e o ser, por sua vez, como transcendente à existência, como instância fundadora ou de alguma maneira superior à existência (p.140). Ora, o que se passa com a existência em Guattari é quase o avesso desse movimento: a existência não é aqui passagem para o ser fundamental, mas uma *pura passagem*, “passagem sem chegada” (Ibidem).

Se bem que, por outro lado, diz Vladimir, a existência conduz de fato ao ser, mas com a condição “de que o ser se torne, ele próprio, uma passagem para um retorno da existência” (p.141). Assim, o ser se “existencializa” e assume a potência da passagem da existência, que se afirma e se reafirma a cada vez diferencialmente (Ibidem). Com essa nova concepção da relação entre ser e existência, em que a existência possui uma

consistência própria e independente de um fundamento ontológico, Vladimir chama atenção para a virada de perspectiva operada por Guattari. O verbo ser é destronado e substituído pelo verbo “compor”, isto é, o ser se torna movimento de composição e recomposição da existência. A ontologia de Guattari aparece assim como a “modulação de uma política da existência” (p.150), em que o ser é o produto de práxis existenciais geradoras de “heterogeneidade e complexidade” (p.153). O ser como composição e recomposição da existência: eis o cerne desta espécie de concepção *musical* da política e da ontologia guattariana, que Vladimir se dedica a apresentar.

## II

*A partir de Guattari I* propõe uma abordagem musical e, mais especificamente, jazzística, do problema político de Guattari. Formalmente, isso se exprime de dois modos na composição do texto: a) na divisão em três partes, “I. *Pick up*”, “II. Introdução” e “III. Tema-improvisação”; e b) na montagem de cinco estilos narrativos distintos que se revezam ao longo do livro (cada estilo com uma fonte tipográfica própria).

Cada um dos cinco estilos narrativos recebe uma fonte própria e quase sempre um subtítulo a cada vez que um deles entra em cena. O primeiro estilo consiste no fio condutor do livro. Funcionando como os acordes de base do livro, é o maior quantitativamente, é dele que se parte e é para ele que todos os outros estilos tendem a retornar. O segundo estilo aparece a cada vez que há uma quebra na sequência da exposição para se aprofundar em algum problema ou conceito específico de Guattari (ex.: “tipologia da viagem”, p.25). O terceiro estilo indica que há um desvio do texto para explorar intercessões com peças conceituais provenientes de outros autores mais ou menos próximos a Guattari (ex.: “A elipse de Eisenstein [Joyce e Marx]”, p.30). O quarto aparece nas seções que tratam das diferentes “improvisações” guattarianas da política, como sugere Vladimir: a *micropolítica* como improvisação existencial da política, a *análise institucional* como improvisação institucional da política, a *esquizoanálise* como improvisação analítica da política, a *ética* como improvisação ontológica da política, a *pragmática* como improvisação semiótica da política e a *ecosofia* como improvisação ecológica da política. O quinto, por fim, é o que tem menor espaço no texto e é o único que não recebe subtítulos nem aparece no sumário. Sua função é a de fazer comentários breves e indicar referências que tratem do tema ora questão naquele momento do texto (ex.: p.51, a nota sobre o *Cartographies schizoanalytiques*).

Nota-se que a proposta deste revezamento de estilos narrativos – que Vladimir propõe (cf. “Especulação preliminar”, p.18) que funcione como a mão esquerda e a mão direita no piano (ou como *solos* num concerto jazzístico, arrisco dizer) – suprime a necessidade de notas de rodapé, uma vez que as notas que habitualmente estariam no pé de página são incorporadas ao corpo do texto, de modo que essas diferenças de ritmo, de estilo narrativo e de forma argumentativa convivem no mesmo espaço contínuo do livro, sem perder suas singularidades. Com isso, o autor convida seus leitores a tomarem o livro como aberto a múltiplas entradas e técnicas de leitura possíveis.

Já quanto às três partes do livro, vemos que a parte “I: *Pick up*”, a mais curta, consiste numa espécie de apresentação das preliminares ético-metodológicas da pesquisa. Ela apresenta a ideia de que este livro não é “sobre” Guattari (abordagem hierárquica, vertical, que tomaria a obra guattariana como pronta e fechada, bastando ser interpretada por um hermeneuta); nem tem a pretensão de ser feito “com” Guattari (posto que isso só pode ser um *efeito* possível da pesquisa, jamais garantido de partida por uma boa vontade do pesquisador); mas tenta ser tão-somente um livro “a partir de Guattari”, isto é, um livro que parte com as ferramentas de Guattari, com os partidos tomados por Guattari e que faz uma partilha deste percurso com seus leitores.<sup>1</sup> Nesta parte I indica-se também o recurso ao movimento das “elipses” como forma de exposição e a proposta de se fazer uma filosofia da política a partir da música, ou, mais especificamente, uma filosofia da política guattariana inspirada no procedimento tema-improvisação de Thelonious Monk, que, como Guattari, reconhecidamente retomou, reinterpretou e reinventou de diversas maneiras seus temas (sem, no entanto, jamais abrir mão deles).

A parte “II: Introdução” é uma longa e heterodoxa introdução, que tanto adianta as linhas gerais da pesquisa quanto se ocupa de colocar uma série de pingos nos is em questões delicadas do campo guattaro-deleuziano, num esforço por explicitar suas próprias opções de pesquisa e os riscos a elas associados, tomando-as como problema e comparando-as com outros tipos de abordagem. Merece atenção aqui sua tipologia crítica das três abordagens acadêmicas usuais da obra de Guattari que atrapalham o estabelecimento de uma conexão efetiva com seu pensamento: o tipo “íntimo”, o “comentador” e o “saqueador”. Contra elas, Vladimir nos convida ao desafio de se

---

<sup>1</sup> “A partir” de Guattari significa também que a obra guattariana não é tomada neste livro como entidade fechada, mas sobretudo como um meio trabalhado por variados intercessores (filosóficos, artísticos, científicos, militantes...), tais como: Stengers e Pignarre, Marx, Nietzsche, Foucault, Tarkovski, Thelonious Monk, Duke Ellington, Cecil Taylor, Leroi Jones (Amiri Baraka) e o Comitê Invisível.

construir, ao longo do livro, um quarto tipo de abordagem, que leve a sério estes riscos e tente construir uma conexão vital com a obra de Guattari: este tipo é o “cúmplice”. O tipo íntimo é o mais enfadonho: é aquele que conheceu pessoalmente Guattari, e que o trata teoricamente de modo personalista, tratando-o como um Mito, um Ídolo, através de anedotas testemunhadas em primeira pessoa (pp.85-86). O tipo comentador é aquele que já existe como posição acadêmica (apesar de ainda tímida) e que pode até produzir contribuições ricas, mas que se reduz a tratar Guattari ora se vangloriando de “desvendar os mistérios de uma linguagem supostamente criptografada”, ora tratando-o sob a rubrica da comparação acadêmica – essa “falta de gosto” que é o “pão cotidiano do exercício universitário”, segundo Stengers (p.74). Assim, o comentador cai na tentação acadêmica de estabelecer a que escolas Guattari pertence ou não, “avaliando sua proximidade ou distância de outros pensadores que fazem parte, também supostamente, da mesma família, nas versões generalizantes e vazias do ‘*post-structuralism*’ e da ‘*french theory*’” (p.88). Mas como a crítica do comentário estritamente acadêmico, de tão difundida, já se tornou um clichê dos guattarianos e deleuzianos, é inevitável que o tipo de abordagem que se segue dessa crítica seja também um clichê: e é este o terceiro tipo, o “saqueador”. O saqueador pretende fazer com Guattari e Deleuze o mesmo procedimento que eles usaram com outros autores que lhes serviram de intercessores: o roubo de conceitos, por vezes modificando inteiramente sua funcionalidade e seu contexto. Acontece que as armadilhas deste tipo de uso de Guattari são menos evidentes. É verdade que tanto Guattari quanto Deleuze reivindicaram diversas vezes esse procedimento *bricoleur* de leitura de outros autores, fazendo um sistema conceitual próprio a partir de peças extraídas de diversos corpos teóricos. Mas se o tipo saqueador se torna um clichê é exatamente porque aplica de forma genérica e abstrata este método, elevado a modelo, desprezando as situações concretas, singulares, que impeliam existencialmente Guattari e Deleuze ao roubo. Assim, em vez de fazer do roubo um exercício de singularização do pensamento (como preconizado por Guattari e Deleuze), o roubo do tipo saqueador se torna uma mera imitação de seus ídolos, uma “reprodução das noções em um espaço vazio, ocasionado ora por uma fascinação pela terminologia, ora pelo exercício da autoridade” (pp.94-95) – negligenciando, sem dúvida, a indicação deleuziana de que roubar é o contrário de imitar. O tipo saqueador despreza igualmente as condições novas de um pensamento que não se fecha num corpo doutrinário considerado como uma propriedade privada. Se o próprio Guattari dizia “eu convido aqueles que me leem a pegar e a rejeitar livremente meus conceitos” (citado na p.95), não estaria o roubo aqui sem razão de ser? “Seria o caso de

roubar onde há um convite para entrar e pegar o que quiser?”, pergunta Vladimir (p.95). Por fim, há algo de essencial que o “roubo” enquanto modelo abstrato de imitação perde: o vínculo com uma atividade existencial e singular, justamente, o que “há de mais importante no conjunto do pensamento de Guattari” (ibid.). Ao perder esta relação entre uma atividade existencial singular que, em dadas condições contingentes, exige a colocação de certos problemas, e dos conceitos que serão inventados e reinventados para respondê-los, o tipo saqueador perde a função *existencial* do roubo guattariano, e retém apenas a mecânica vazia da mistura de contextos heterogêneos... passando longe do problema principal do pensamento guattariano (e deleuziano), a saber: o *problema da consistência dessas misturas* (voltaremos a este ponto).

Para escapar destes três tipos de uso de Guattari que impedem uma conexão efetiva com seu pensamento, Vladimir apela para a necessidade de se construir um quarto tipo: o “cúmplice”. O cúmplice é aquele que experimenta uma conspiração (ou respiração) coletiva com o pensamento de Guattari, e que se põe a diagnosticar, no meio de um sufocamento generalizado, quais são os focos de resistência que já nos atravessam e que, sob certas conexões, podem revirar uma situação (p.98). Se a tese guattariana por excelência é a de que as linhas de fuga criadoras são primeiras em todo agenciamento, o cúmplice é aquele que leva esta tese a sério, e tenta operar diretamente a partir dos focos em que tal linha de fuga se conecta com tal outra, tomando a própria conexão entre elas como algo problemático (jamais garantido, sempre a ser experimentado, testado, avaliado, refeito...) e atento aos pontos em que as linhas fazem nós e se tornam impasses, bloqueios. Assim, o exercício dessa cumplicidade se liga às práticas da amizade e ao cultivo especial de um “otimismo inquebrável” (Ibidem), numa tentativa de se manter sintonizado com as linhas de fuga que percorrem o presente, (Ibidem) e de resistir ao isolamento capitalístico e ao fatalismo fascista, que tentam impedir as criações de possível e o alargamento da política. Ainda nesta parte II, é digna de nota a breve análise de Vladimir a respeito da “questão da identidade”, que nos últimos anos tanto tem sido debatida nos coletivos de militância política e nos grupos de pesquisadores da obra de Guattari (e Deleuze). Sabe-se que a dupla francesa propôs um certo tipo de “filosofia da diferença”. Sabe-se também que, com a defesa de uma certa concepção de diferença, tanto Guattari quanto Deleuze se dedicaram a fazer uma crítica a uma certa concepção de “identidade”. Diante deste duplo reconhecimento, enraizou-se o julgamento de que qualquer forma de “identidade” é inimiga da “filosofia da diferença”; a identidade é ruim, a diferença é boa. Mas seria possível salvar algo da lógica das diferenças e singularidades

diante de tal maniqueísmo tão simplista? Vladimir nos convida a fazer a distinção passar por outro lugar: *grosso modo*, a questão não é tanto a da oposição entre uma diferença abstrata e uma identidade igualmente abstrata, mas sim a de pensar em práticas que fortalecem uma “zona de encontro” entre amigos e práticas que enfraquecem estas zonas de encontro e toda amizade possível, nos fazendo cair no buraco negro do isolamento tipicamente capitalístico (individualizado, desconectado de tudo e todos). Assim, ao colocar a questão ético-política da amizade contra o isolamento, Vladimir aponta para um novo tipo de critério que poderia intervir na “questão da identidade”: o critério é o do fortalecimento de uma zona de encontro, ou, em outras palavras, do enriquecimento da consistência de um grupo. Assim, Vladimir distingue dois usos políticos da ideia de identidade, de comum, e de comunidade. Primeiramente, um uso maior, em que um comum e uma identidade são “previamente necessários” (p.113). Aqui a identidade funciona como categoria universal que engloba semelhantes, aniquilando suas singularidades, e que serve sobretudo para julgar os que não se enquadram no referente universal (caso do racismo). E, secundamente, um uso minoritário, em que “um comum e uma identidade que surjam com a força de uma necessitação” como um “convite para que os comuns potencializem os seus encontros”, como uma “técnica de composição e não como uma garantia” universal (p.114). O que está em jogo aqui é evidenciar que muitos movimentos de minorias se apoiam em seus pertencimentos identitários como alavancas para produzir singularidades e desestabilizar um modelo dominante, e, inversamente, recusar as abordagens reacionárias, racistas e elitistas que, apegadas a uma concepção de “diferença” vazia, desvinculada de qualquer movimento concreto, se servem das noções de Deleuze e Guattari para julgar grupos minoritários como essencialmente “microfascistas”. E isso sem perder de vista, ao mesmo tempo, os riscos reais de oscilação entre os dois usos do pertencimento identitário.

Finalmente, a parte “III: Tema-improvisação” é a mais longa e consiste no coração do livro. É só aqui que são desenvolvidas intensa e extensamente algumas noções-chave do pensamento de Guattari como “máquina”, “transversalidade”, “encruzilhada”, “práxis”, “agenciamento” e “funtores ontológicos”. É só aqui também que a hipótese de pesquisa de Vladimir ganha toda sua envergadura, na medida em que o tema da política enquanto política da existência (ou *micropolítica*) é exposto diacronicamente através de suas diversas modulações, improvisações, dobras, desvios e retomadas na obra de Guattari, indo desde seu primeiro livro *Psicanálise e transversalidade* até as obras publicadas em 1989 *Cartografias esquizoanalíticas* e *As três ecologias* (ainda que se

valendo também de diversas passagens de seu último livro, *Caosmose*, de 1992). A cada improvisação de seu tema, batizada por um nome próprio (análise institucional, esquizoanálise, ética, pragmática e ecosofia), Vladimir chama atenção para a recriação que Guattari faz de suas noções, às vezes abandonando uma noção, às vezes retomando outra, mas sempre em função de acontecimentos existenciais concretos, singulares, que o forcem a tomar tal ou tal virada de perspectiva, e nunca de modo a voltar simplesmente ao mesmo ponto de partida apenas rebatizado diferentemente.

A tese primordial aqui é a afirmação do pensamento de Guattari como um “pensamento práxico” (p.132). A práxis é o “núcleo” das noções de Guattari. O que não significa dizer que a práxis está no “centro”, mas sim em um “encontro de vias” (p.144), isto é, numa encruzilhada.<sup>2</sup> E, como em toda encruzilhada, é aí que a existência se depara, ao mesmo tempo, com toda potência conectiva criadora e com os riscos mais graves da desterritorialização absoluta negativa, que desfaz toda conexão e ameaça tomar a existência numa paixão de abolição suicidária. Dizer, então, que a práxis está na encruzilhada das noções guattarianas quer dizer que a práxis exige um trabalho contínuo de composição e recomposição existencial de suas noções, com todos os riscos que este trabalho envolve. O que implica também que a existência – longe de servir de fundamento ontológico, garantia, porto-seguro – é atravessada continuamente por uma potência infinita de variação e, no limite, pelas forças do caos, tanto em sua força positiva que abre novos possíveis numa situação dada, quanto em sua força negativa, destrutiva. Eis a questão de vida e de morte que sempre atravessou a vida, o trabalho e os escritos de Guattari, e que constitui sua aposta política por excelência: para criar novas práticas sociais, estéticas e analíticas que furem o cerco e enfrentem a homogeneidade capitalista, é preciso se lançar no mergulho existencial cósmico, que capta forças do caos para dar-lhes uma nova consistência. Dito de outro modo, não paramos de ser lançados existencialmente na encruzilhada, e é levando a sério todos os riscos que a cercam que

---

<sup>2</sup> Deleuze e Guattari dizem no prefácio à edição italiana de *Mil platôs* que “os princípios em filosofia são gritos, em torno dos quais os conceitos desenvolvem verdadeiros cantos”. Vladimir se apoia nessa formulação e toma como princípios de seu livro uma série de gritos de Guattari (cf. “Os gritos de Guattari”, pp.146-7): “outros possíveis são possíveis!”, “vivemos em um mundo onde tudo se equivale!”, “é preciso inventar novas ‘bolsas’ de valores!” e, principalmente, “eis-nos, portanto, numa encruzilhada”. Este último é o grito principal porque é da noção de encruzilhada que Vladimir irá extrair o maior rendimento, fazendo da encruzilhada uma espécie de “imagem do pensamento” de Guattari. Cada noção guattariana, segundo Vladimir, se situa numa espécie de encruzilhada práxica, e o plano de todas as encruzilhadas é o plano de transversalidade (p.174).

poderemos talvez reunir a força necessária para reinventar a existência, contra as modelizações subjetivas dominantes.

### III

No modo como Vladimir apresenta a aposta política guattariana percebemos uma aliança entre Marx e Nietzsche. Vladimir destaca que a crítica marxiana da lógica capitalista que fez do dinheiro um “equivalente geral” é um dos eixos mais importantes do pensamento político de Guattari.<sup>3</sup> A esse respeito, dois “gritos” de Guattari são particularmente ilustrativos: “vivemos em um mundo onde tudo se equivale!” (citado na p.147) e “é preciso criar novas ‘bolsas de valores’!” (e na p.81). Se o primeiro grito é marxista, o segundo é nietzschiano. A crítica de Marx à forma-mercadoria e à universalidade do dinheiro como forma de equivalente de todos os valores já aparece, na obra de Guattari, cruzada com uma espécie de remédio nietzschiano: se vivemos num mundo onde tudo se equivale, em que todo heterogêneo é tendencialmente convertido em homogêneo, a tarefa da resistência é reinventar, recompor a existência, questionando o valor dos valores e, ao mesmo tempo, “transvalorando” os valores, isto é, criando novos valores. Eis o que Guattari nomeia como “criacionismo axiológico” e “pragmática ontológica”. Nesse sentido, Vladimir ressalta que a práxis guattariana marca uma diferença em relação à formulação clássica da práxis marxista: se esta última é tradicionalmente concebida como o critério da verdade de uma teoria, que distingue o sujeito que interpreta daquele que transforma o mundo, na versão guattariana a práxis é antes a “verdade do critério” existencial, isto é, a práxis é “aquilo que faz com que a existência seja o critério da avaliação” (p.153). Nesse sentido, a práxis “é o exato contrário de uma equivalência, de uma proporção uniforme e de uma constante. É ela o valor da criação de valores.” (p.159).

Mas o que significa tomar a práxis como valor da criação de valores? Neste ponto, Vladimir recorre a Pignarre e Stengers para ler Guattari, que definiam o pragmatismo (de inspiração marxista) como “uma arte das consequências, uma arte do ter cuidado que se opõe à filosofia do omelete justificando os ovos quebrados” (p.183). Se o que interessa é a *transformação* das relações capitalistas, é preciso problematizar essa noção de transformação, afinal “nem tudo que ativa a transformação é bom” (Pignarre e Stengers,

---

<sup>3</sup> Cf., por exemplo, pp.301-302, a respeito da tarefa guattariana de “pensar a filosofia - tornada política da existência - como um exercício para resistir às equivalências generalizadas”, que o autor promete desenvolver em sua conclusão – que, subentende-se, encerrará o volume 2 de *A partir de Guattari*.

citados na p.183). Em *La Sorcellerie capitaliste*, Pignarre e Stengers distinguem radicalmente o pragmatismo que defendem da conhecida “praticidade” capitalista. Esta última consiste em jamais levar a sério as consequências de suas práticas, os efeitos de seus modos de relação, reproduzindo sempre em escala ampliada os meios necessários para a propagação de seus mesmos valores, independentemente de suas sequelas. Ao passo que a pragmática se define como uma arte criadora que avalia e reavalia continuamente as consequências de suas criações (p.187), e que só avalia qualquer teoria ou prática em função de seus efeitos (e não em função de um suposto critério de verdade/falsidade).

Tudo isso nos conduz ao problema da avaliação da consistência (ou da “escolha de consistência”, pp.315-ss.) de uma determinada práxis transformadora. Como diz Vladimir, a existência é o que coloca e recoloca continuamente o problema da tomada de consistência (p.317). Se a existência é o critério de avaliação de uma práxis, é justamente na medida em que a existência põe em questão a consistência de uma práxis. A ideia guattariana de consistência diz respeito ao modo como elementos heterogêneos se mantêm reunidos em determinado conjunto, e mesmo ao modo como os três tipos de consistência (molar, molecular, abstrata) se relacionam neste conjunto. A tarefa que esta ideia implica é a de analisar, em cada caso, como os heterogêneos multiplicam suas conexões através de linhas transversais e assim “tomam consistência”, ou, ao contrário, “perdem consistência”, na medida em que diminuem suas conexões entre heterogêneos, seus coeficientes de liberdade, se enrijecendo e/ou se desintegrando pura e simplesmente. A cada vez, em cada caso, como se reúnem componentes materiais, componentes semióticos, modos de sentir, agir, etc.? Toda práxis existencial enfrenta continuamente este problema da escolha de consistência e o risco brutal de viver uma “catástrofe de consistência” (p.323), isto é, uma pura e simples desintegração de seu agenciamento, quando traça uma linha de fuga que se converte em linha de morte, em paixão de abolição.

É justamente nesse caso da catástrofe de consistência que Guattari situa o problema do fascismo como risco imanente a toda práxis existencial. O fascismo nessa perspectiva é uma espécie de caricatura de plano de consistência, que se constrói sobre uma linha fuga intensa mas, que, em vez de desterritorializar um agenciamento como modo de abri-lo a novas conexões mais ricas entre componentes heterogêneos, investe da maneira mais brutal no fechamento de toda conexão transversal, na aniquilação de toda heterogeneidade, na homogeneização de toda singularidade. “Mais que uma grande máquina de repressão”, diz Vladimir, a máquina fascista “é, especificamente, uma

máquina da morte, um amálgama das linhas de abolição que correm em um corpo social e escorrem sobre aquilo que foge e desvia de seu modelo” (p.106). É mesmo um estranho paradoxo o do fascismo: propagar por toda parte a coexistência entre linhas de fuga mortíferas que rompem todos os estratos com a promoção complementar de novos estratos ainda mais endurecidos do que aqueles destruídos (p.344).

Nota-se, com isso, que se Guattari afirma um primado das linhas de fuga, isso não implica nenhum elogio ingênuo e idealista às linhas de fuga, uma vez que não perde de vista que o próprio capitalismo e o fascismo são construídos sobre linhas de fuga. O que está em jogo então neste primado? Não se trata simplesmente de elogiar as linhas de fuga enquanto tais, mas de diferenciar os tipos de linhas de fuga e de selecioná-las segundo o critério pragmático da consistência. Toda a questão gira em torno da capacidade (ou incapacidade) de um agenciamento coletivo traçar e conectar linhas de fuga transformadoras e consolidar meios de defesa contra as derivas mortíferas fascistas, que reforçam a exploração capitalista.<sup>4</sup> Levar a sério a dimensão política do problema da consistência – algo tão importante apesar de pouco tematizado no meio guattaro-deleuziano – é um grande mérito deste livro de Vladimir.

Se o pragmatismo deve ser compreendido como uma arte de ter cuidado ou como uma “prova das consequências”, entendida como uma contínua reavaliação dos efeitos de tal ou tal práxis da existência, o que Vladimir quer dizer é que, para a política de Guattari, *a consistência é a prova dos nove*. Eis, então, o desafio de uma política da existência guattariana: afirmar o eterno retorno da tomada de consistência na encruzilhada caósmica.

Da ressonância mútua entre filosofia e política Vladimir havia chegado ao conceito de “caosmopolítica” em seu primeiro livro.<sup>5</sup> Agora, percorrendo as variações do tema da política da existência, nos conduz à encruzilhada do pensamento de Guattari, cujo núcleo é a práxis avaliadora e criadora, e cujo problema prático é o da tomada e retomada de consistência. Resta-nos aguardar a que novas recomposições será levada a pesquisa de Vladimir no próximo volume de *A partir de Guattari*.

Recebido em 12/03/2020

Aprovado em 16/04//2020

---

<sup>4</sup> Ainda sobre a distinção entre tipos de linhas de fuga, cf., na p.305, a discrepância entre o apelo guattariano à recriação diferencial da existência e a apologia da “criação” capitalista, que apresenta como “novo” (quando não como “revolucionário”...) um produto qualquer, destituído de singularidade, que serve de meio particular para reproduzir a mesma lógica universal do capital (p.305).

<sup>5</sup> LIMA, Vladimir Moreira. *Deleuze-Guattari e a ressonância mútua entre filosofia e política*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.